

Estudos sobre a escrita da história: alguns horizontes historiográficos

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 265pp.

Helena Mollo

Professoar Adjunta
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
hmollo@ichs.ufop.br
Rua do Seminário, s/n - Centro
Mariana - MG
35420-000
Brasil

Palavras-chave

Narrativas; Temporalidades; Pesquisa em história da historiografia.

341

Keyword

Narratives; Temporalities; Research in history of historiography.

Enviado em: 30/06/2010
Autora convidada

Estudos sobre a escrita da história, lançado há quatro anos pela editora carioca 7Letras não é, à primeira vista, objeto de uma resenha, sempre mais indicada para livros de recentíssima edição. Mas há duas justificativas para o texto que segue. Uma delas é a importância e o fôlego que possui o livro para a área de História da Historiografia, e a outra, uma homenagem ao professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, organizador da obra.

A publicação abriga uma gama de pesquisadores que corta o País, e avança a discussão rumo à historiografia argentina, travando o diálogo necessário e ainda pouco frequente. A obra é o registro do Encontro de Historiografia e História Política, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2005.

As coletâneas são, muitas vezes, um obstáculo natural para o resenhista, visto que, mesmo havendo um fio que ligue todos os trabalhos, cada um é um mundo distinto.

Nesta obra percebe-se como fio condutor uma das questões centrais da investigação do campo da história da historiografia: a experiência do tempo. À primeira vista, muito ampla, mas as camadas desta proposta estão presentes nas contribuições. As formas de registro do passado, a leitura que lança a elas, qual o peso e qual a forma que o tempo assume, como se pode qualificar o antes, e o que se fará com o depois.

São três seções que compõem a obra: “uma retórica da nacionalidade: a escrita da história no século XIX”, “sociabilidades letradas” e “tradições e linguagens”. Os títulos dados às partes indicam bastante bem o mapa das preocupações presentes nas análises do campo da história da historiografia, no Brasil, nos últimos anos. Optou-se neste texto privilegiar a apresentação das contribuições, para que não se resultasse em algo superficial, desdourando autores e obra.

342

A longa duração é esta superfície de água que arrasta tudo com ela (p.18)

Em 2003, quando F. Hartog lança o livro **Des Regimes d’ Historicité**, mais uma vez se coloca a forma de apreensão do tempo no centro da interpretação da história. Mais que recorte, o regime de historicidade indica camadas de ‘vários passados’ e a organização de diversas experiências de tempo, inclusive a de quem questiona o passado.¹

¹ Uma das questões importantes para a historiografia francesa novecentista foi a apreensão do tempo. Em Braudel, uma das matrizes com as quais Hartog dialoga, propõe que se perceba o diálogo de várias temporalidades presentes em um objeto. A História, ao se aproximar de diferentes formas da Antropologia, ao longo do século 20, teve, no que tange ao tratamento da experiência do tempo, seus mais expressivos debates. A cultura material e o tempo são uma das contribuições mais expressivas de Braudel. Em 1967, o autor lança a obra *Civilização material, economia e capitalismo*, composta por três volumes, intitulados “As estruturas do cotidiano”, “Os jogos da troca” e “O tempo do mundo”.

Ao tomar a história universal como ponto de reflexão, indaga qual temporalidade está expressa neste gênero historiográfico, e, ainda, quais transformações ensejaram o fim de sua eficácia. Há, antes, contudo, outras questões: poderia hoje ser reativada esta forma de narrativa? Segundo o autor, a noção de autoridade juntamente com as formas de tempo ativas “ontem e hoje” formam uma pista para a compreensão da alteridade. O regime de historicidade teria, assim, sua importância interpretativa ao possibilitar que se articulem as categorias passado, presente e futuro, notando as especificidades de cada uma dessas dimensões.

Em duas das seis seções que compõem a conferência, Hartog dedica-se à explicação e à aplicabilidade do regime de historicidade e discute, a partir da historiografia francesa, suas condições de existência, dirigindo sua reflexão para os modelos interpretativos que colocaram a discussão da variação de modulação das temporalidades em primeiro plano. O “tempo da história decompõe-se em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos”, e, ao seguir a “sugestão braudeliana”, Hartog propõe, então, que “não somente cada processo, mas também cada prática que o historiador escolhe estudar encontram-se dotados de uma temporalidade própria, ou melhor, não são separáveis” (p.18). Certamente, sobre a proposta da longa duração em uma linha genealógica ascendente do regime de historicidade, encontra-se uma trama fechadíssima: “há o contemporâneo do não-contemporâneo em todos os estágios” (p.18). O olhar mais distanciado abre a escala e percebe um padrão mais amplo, ‘o tempo’.

343

Haveria “um tempo seguro e feliz”? Para o autor, a história processo, sob o signo do progresso, guardaria um tempo feliz, “seguro de si e conquistador”. Identificada essencialmente com o futuro, a história universal seria a expressão mais contundente do regime moderno de história. A extensão de tempo tratada por Hartog tem como proposta de termo os dois conflitos mundiais da primeira metade do século XX, que representariam o descrédito para a teoria futurista da história universal. A quebra que Hartog reconhece como definitiva em reação àquele regime de historicidade se dá na interpretação de Lévi-Strauss quanto à compreensão das civilizações: ao contrário do que promulgava a história universal, propunha o antropólogo, as civilizações devem ser mais compreendidas no espaço do que escalonadas no tempo (p.19).

Na primeira parte, “Uma “retórica da nacionalidade”: a escrita da história no século XIX” encontra-se “Retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis”, Temístocles Cezar propõe-se a discutir o passado que o oitocentos almejava construir. Questões como “quem somos” e “de onde viemos”, muito próprias à trajetória histórica, . Nessa proposição, o índio marcava um “lugar-problema”. Onde deveriam estar estes personagens? Situa-los no tempo, imediatamente, fazia-os sujeitos da história.

Quanto ao povoamento do passado da terra brasileira pelos indígenas, o visconde de Porto Seguro parecia ter resolvido o problema: seriam os tupis invasores das futuras terras brasileiras.

A prova da natureza invasora dos tupis viria da ligação com a Antiguidade,

e não seria vista pela via da história (que se insere em momento posterior), mas pela filologia e pela etnografia. Depois de tentativas de aproximação, através da lingüística, o grego, o hebreu, o siríaco, o armênio, testou o babilônico. Sem sucesso e vendo apenas “eventuais coincidências” encontradas entre as várias línguas que estudara e o tupi, voltou-se para o egípcio, e afirmou ter identificado a ligação definitiva: egípcios e tupis viriam do mesmo tronco linguístico. A obra em que é proposta esta genealogia foi publicada em 1876, em Viena, e **La origine touranienne des americains tupis-caribes et les anciens egyptiens...** traz o programa de investigação de toda a vida do historiador anti-romântico. A entrada dos indígenas no passado, na experiência do tempo, um tanto enviesada, atesta uma outra trajetória: o caminho percorrido entre selvagens e antigos (p. 36).

A contribuição de Fernando Devoto dirige-se à historiografia argentina, e, em “Los historiadores positivistas argentinos: conjuntos e itinerários”, analisa o programa de investigação de autores que, muitas vezes identificados como positivista, devem ser inseridos, na verdade, em um leque de possibilidades mais amplo, que vai da identificação/confusão entre darwinismo e positivismo, até o ensaísmo com forte entrada da sociologia. Ao centrar-se na trajetória intelectual em autores como José Maria Ramos Mejía, Ernesto Quesada e Juan Agustín. A partir de 1880, aponta F. Devoto, o “positivismo historiográfico” fez surgir um novos modelos de análise e “arsenais metodológicos” (p. 45) traziam ao campo da historiografia novas perspectivas, como a “psicologia dos povos, a economia biológica, a frenologia” (p. 45).

Manoel Luiz Salgado Guimarães propõe em “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista” uma reflexão que denomina um “exercício de natureza historiográfica”. Tal movimento consiste na interrogação da memória da disciplina e na percepção de quais autores, procedimentos e obras a história se estabeleceu na mudança entre as formas setecentista e o oitocentista de concepção da ‘trajetória dos homens no tempo’

A partir da relação entre a filosofia da história e os elementos que a caracterizarão como disciplina, o autor questiona, no caso brasileiro, as disputas travadas no que tange à escrita da história nacional.

O conhecimento da história no oitocentos, no Brasil, como propõe o autor, caracterizava-se por uma “tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas [...] configuram uma forma peculiar de conceber o texto histórico” (p. 71).

Vê-se como o projeto de escrita da história, em “Entre as luzes e o romantismo...” propunha os elementos a compor o corpus da História do Brasil. Quais seriam, então, as heranças, ou o material de memória sobre o qual os letrados do início do oitocentos se debruçariam?

A investigação se dá nas páginas do jornal **O Patriota**, editado entre 1813 e 1814, na cidade do Rio de Janeiro. O periódico, sob a vigilância da Imprensa

Régia, tinha a missão de ilustrar os seus leitores, e seu projeto enciclopedista organizava-se a partir de temas como botânica, astronomia, medicina, novas técnicas de agricultura. Estava presente, nas páginas do jornal, contudo, a preocupação partilhada pelo mundo letrado: a implantação de um Estado monárquico em novas terras. A história passa, então, a cumprir o papel de aplacar o "espírito de vertigem" (p. 73) que punha em cheque um sistema centenário de poder.

N´O **Patriota**, a dimensão do futuro articula as formas do passado e do presente, e, assim, o passado, além de espaço vetorial, guarda uma proximidade estrutural com o presente, que segundo o autor, não seria possível fora do *topos* da história mestra da vida. Desta feita, ressalta-se a análise do periódico e o sentido que dá à História, através da "noção de trabalho", o regime de historicidade.

Ao finalizar o estudo sobre o periódico, M. L. S. Guimarães amplia o foco de visão para outro periódico e acrescenta algumas dezenas de anos. O Patriota e a Revista do IHGB partilham temas, como os das viagens e expedições, por exemplo, indicando uma permanência de preocupações, principalmente no que tange ao papel da história. Segundo o autor, "seriam as demandas de decorrentes da necessidade de fundar uma nação no antigo espaço colonial português que tornariam a ida ao passado uma demanda do presente para assegurar um projeto de futuro" (p. 83).

E, nas palavras de Manuel Ferreira Araújo, editor d´O Patriota, citadas pelo autor, este projeto de sentido à história estaria assim disposto:

o meu espírito descansa quando, lançando os olhos ao Brasil, vejo abraçadas a justiça e a paz, respeito às Ciências estendendo o seu império, e reconheço que nascem para este vastíssimo continente os tempos de Saturno (p.73).

O projeto oitocentista para a história nacional também é o interesse de discussão de Rodrigo Turin em *A "obscura história" indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)*. A questão torna à superfície uma vez mais: qual o lugar do indígena na temporalidade? Dilema dos letrados, os indígenas, como já se disse, ocupavam um lugar-problema na trajetória de construção da nação.

A "obscura história" do título provém da qualificação de Martius à história do Brasil: "ainda envolta em obscuridade" (p. 87) e aos indígenas atribui o adjetivo "enigma". A escolha do autor é analisar este problema através da constituição da História e da Etnografia como campos de conhecimento entre três décadas do oitocentos. A partir da diferenciação proposta por Michel de Certeau entre a história, caracterizada pela "escrita, temporalidade, identidade e consciência" (p. 88), e a etnografia, por sua vez, pela "oralidade, espacialidade, alteridade e inconsciência" (p. 88).

Enigmas do tempo, os indígenas encontram-se nas sessões do Instituto e nas páginas da RIHGB como uma espécie de "elo perdido". Sem escrita, sem possibilidades de comunicação através do tempo, chegavam a ser, nas palavras

de Gonçalves Dias, quase impossibilitados às próprias lembranças, “que não passam além da memória de um homem, ou das tradições de uma família, – tradições, que de ordinário reciprocamente se contradizem” (p. 88). O desafio estava feito para os letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como definir se o “estado de natureza” vivido pelos índios era uma realidade desde sempre ou se sofreram um processo de decadência? Entre as ideias presentes no IHGB, o autor destaca as de Januário da Cunha quanto ao estado de natureza para se referir aos indígenas: “sem leis, sem domicílio, sem pátria, os indígenas são pura falta” (p. 91). A passagem à cultura deveria ser organizada por aqueles que já estavam em um outro momento civilizacional. Como tocado nos artigos precedentes nesta seção do **Escritas da História**, a experiência do tempo dos letrados do IHGB informava uma diferença abissal daquela dos indígenas. Enquanto os primeiros, segundo o texto de Manoel L. S. Guimarães, organizavam-se em uma sociedade da lembrança, os segundos estavam atados a um eterno presente. A entrada na civilização era requerida pela história e a etnografia proporcionaria, segundo R. Turin, esta trajetória, através da proposição de uma “pedagogia que possibilitasse o desenvolvimento por parte dos indígenas de noções como ‘trabalho’ e ‘propriedade’” (p. 93).

Mais um entrelaçamento se coloca entre os campos de conhecimento que têm o indígena como enigma a ser decifrado. A arqueologia junta-se à etnografia e à história para, então, indagar mais profundamente o tempo e tentar decifrar o enigma dos indígenas. Não poucos esforços foram envidados para revelar ao Brasil e ao mundo – como deveria ser – a ‘antiguidade indígena’ descoberta e compreendida através das inscrições que foram atribuídas ao mais recuado lugar no tempo. As inscrições e suas possibilidades de situar os indígenas em um lugar da História, através da escrita, volta e meia retornavam às páginas da RIHGB, que publicava relatórios de expedições cujo resultado esvaziava cada vez mais a possibilidade de uma aproximação dos indígenas às civilizações que o oitocentos certificava como ponto inicial de sua tradição.

O ofício de historiador para o oitocentos tomava-se de um lugar dramático, por vezes. Em “A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional: breve análise histórica”, Taíse Tatiana Quadros da Silva indaga o papel da erudição na prática historiadora. Seu artigo lança luz sobre uma faceta importantíssima da construção da narrativa histórica: como formar a tradição em uma sociedade que caminha seus primeiros passos? Quais elementos estariam disponíveis para serem lançados na construção do passado brasileiro? E, por fim, o que comporia a erudição na história brasileira?

Na perspectiva de campos de conhecimentos entrelaçados em suas preocupações, de acordo com a maioria dos textos da primeira parte de **Estudos sobre a escrita da História**, a erudição cumpre um papel, segundo Taíse Quadros, fundamental na escrita do passado, e, como os campos de saber, naturalmente sofre mudanças. Este amplíssimo movimento de construção de mundos, de alternâncias entre o passado e o futuro, de acordo com a autora

(citando Isabel Mota), implica na conformação do *historiador-autor*: “deslocando-se da cultura erudita de outrora, transforma-se em porta-voz de uma verdade inédita” (p. 122).

Centrando sua atenção na difusa identidade de Varnhagen, a autora pontua a sua escrita entre “episódio literário, fato civilizador e exaltação da língua” (p. 124). O fato, para Taíse Quadros, se referia a uma proposta de “pedagogia da história”, que, como uma interferência imediata no presente, teria como papel o fabrico de um cidadão da monarquia e católico, atento às demandas da nação. E, a partir deste produto pretendido, a quem seria feita a encomenda? Diplomata e historiador, Varnhagen é caracterizado neste artigo como ilustrado, a partir dos princípios da educação portuguesa a partir de D. Jose I. Analisa o pertencimento do visconde de Porto Seguro à Academia Real de Ciências de Lisboa. Esse pertencimento é tratado pela autora de forma ampla mas cuidadosa, tocando em temas como o regime de verdade que difere entre o setecentos e o oitocentos, e como a explicação do mundo passa a ser realizada a partir de parâmetros próximos, de forma mais intensa, das ciências naturais.

Da Segunda parte de **Estudos sobre a escrita da História** fazem parte dois estudos: “Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro”, de Marieta de Moraes Ferreira e “Circulação de Saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)”, de Lucia Maria Paschoal Guimarães.

347

Deve ser destacada, no estudo de Marieta de Moraes Ferreira, a importância do estudo das instituições e qual a noção de História que este em jogo, na UDF e na FNFi, ou no IHGB, instâncias analisadas nos dois artigos.

A institucionalização da História nos cursos universitários é o foco do primeiro artigo da seção. A análise se refere à noção de História presente no curso da UDF, Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e finda em 1939, e a FNFi, a partir de 39.

A Universidade do Distrito Federal tinha como objetivo principal, segundo seu decerto de criação “promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa literária e científica, propagar as aquisições das ciências e das artes” (p. 142) A promoção da sociedade através da educação era a pedra fundamental da UDF e a formação de um profissional que aproximasse a pesquisa e o ensino era o caminho proposto. A originalidade da UDF estava também na noção de História presente em seu curso de Graduação. Marieta de Moraes Ferreira ressalta a importância do retraimento, na grade curricular, das histórias nacionais e da presença da cadeira de história das civilizações. Esse movimento percebido na Educação (mundial) e também na Universidade do Distrito Federal representa uma tentativa de reduzir o avanço de uma educação que incitasse ideologias belicistas. A Comissão Internacional para o Ensino de História defendia que a educação incentivasse o convívio pacífico entre as nações, e, por isso, refrear a dimensão do político e o elogio às personalidades representantes do belicismo que constava dos programas educacionais era um caminho que a autora ressalta para a promoção

da história social.

Aquando da Reforma Educacional de 1931, a motivação da história social em detrimento da história nacional fez com que se suprimisse no ensino secundário a cadeira de história do Brasil e fosse instituída a história das civilizações. Esta realidade também verificou-se no curso de museus, oferecido pelo Museu Histórico Nacional. Com o advento do Estado Novo, em 1937, deu-se o início do fim da Universidade do Distrito federal. Apesar de o quadro de professores ter sido transferido para a Universidade do Brasil, o projeto original da UDF, não. No âmbito da FNFi a convergência entre Geografia e História e a presença da cadeira de história do Brasil evidenciava a diferença entre os projetos das duas instituições e também a polarização política, vista através da influência dos intelectuais católicos no projeto da FNFi.

Em "Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)" o papel da história nacional é analisado por Lucia Maria Paschoal Guimarães. O "catecismo cívico", segundo a autora, era uma realidade nas décadas de 1910 e 20, e a história era ponto articular nesta cartilha. 1913 foi o ano em que Oliveira Lima, em uma conferência, salientava o papel do sentimento nacional, e, neste colocava a necessidade de se elaborar um passado comum a toda a nação brasileira. Um congresso foi a resposta à "convocação" do diplomata e historiador, e o I Congresso de História Nacional aconteceu entre 07 e 14 de setembro de 1914, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As comissões se organizaram de acordo com o método de Langlois e Seignobos, e eram privilegiados os domínios da história política e os integrantes julgavam o "potencial cívico" dos trabalhos a serem apresentados. Segundo a autora, a tradição histórica tinha expressão através de conteúdos que "ajudassem a modelagem da consciência nacional" (p. 164). Neste I Congresso, os ensinamentos de Capistrano, assinala a autora, estão ainda fora dos limites da comunidade de historiadores, com apenas uma exceção, de Jônatas Serrano, que apresentava trabalho sobre as capitanias e a colonização. Em contrapartida, o modelo do visconde de Porto Seguro vigia, e, como em um festim, segundo as palavras de Oliveira Lima, os comensais da "refeição histórica" se serviam de um "assado sólido, gordo e apetitoso". A cultura historiográfica parecia, segundo Lucia P. Guimarães, resistir a mudanças, após o I Congresso, e os intérpretes foram tardiamente incorporados à explicação do passado brasileiro. Uma importante diferença entre o I Congresso e o IV era, no segundo, a inclusão das lições de Capistrano ao programa de investigação da historiografia. A paisagem natural e os grupos humanos, o caminho do interior, cursos de grandes rios como o São Francisco, faziam com que o paradigma de Varnhagen enfraquecesse. A luta entre paradigmas historiográficos, como apresenta Lucia P. Guimarães, no IV Congresso, porém, não se circunscrevia a Varnhagen e Capistrano, mas a uma resistência e escolha por um modelo de interpretação do passado a partir do mestre cearense, em detrimento da tentativa de legitimação de um modelo de "unidade interpretativa", preponderando o papel da metrópole nos três primeiros séculos da colônia. Tal

modelo, reconhecidamente salazarista, e recusado, marcava um momento político importante para a historiografia nacional, que se elaborava a partir de critérios formulados sob a ótica de sua própria trajetória.

A terceira parte de **Estudos...** dedica-se ao estudo das novas linguagens da interpretação histórica. A seção "Tradições e linguagens" compõe-se de quatro textos. O primeiro, dedicado à leitura de *Os sertões*, propõe-se a inventariar as referências que aparecem na obra de Euclides da Cunha. Francisco José Alves, em *D'os sertões como obra historiográfica*, identifica uma palheta variadíssima de leituras que compõem a fina trama do texto euclidiano: Marx, Comte, Buckle, Taine, Renan, Charles Hartt, Orville Derby, Lund, entre muitíssimos outros. A preocupação com a narrativa histórica, segundo o autor, aparece, n' *Os sertões* não só a partir de determinadas citações, mas da composição do texto: o afastamento que o historiador deve guardar, a verdade que deve buscar os testemunhos que deve mencionar e transcrever. O autor classifica Euclides como "historiador naturalista", situando-o próximo ao paradigma das ciências naturais.

O segundo texto é dedicado aos debates travados pela cultura histórica contemporânea. Durval Muniz de Albuquerque Júnior lança um olhar agudo sobre a cultura historiográfica contemporânea. O título já sugere a intensidade do texto que o segue: "O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão". Ao tornar evidente a constância de denominadores, como "pós-moderno", "conservadores", "neoconservadores", "populistas" e tantos outros registra a "pecha desqualificadora" (p. 190) de tais termos. Durval Muniz realiza em seu artigo uma espécie de inventário de características da prática acadêmica e da cultura historiográfica atual de "ter o que dizer sobre os autores e as obras antes mesmo de conhecê-los e ter lido seus livros" (p. 191).

O autor destaca, ainda, nestas práticas acadêmicas e de análise, alguns pontos que seriam "nevrálgicos": a pós-modernidade, o realismo, a verdade, o racionalismo e o holismo. Como "condição histórica ou conceito", a pós-modernidade parece ser uma espécie de centro das análises apressadas e superficiais. Nelas estão contidos preconceitos, como, por exemplo, aquele de opor marxismo ao pós-modernismo, recusando a leitura de que o conceito está ligado a uma condição de produção social do capitalismo tardio e de uma cultura "assentada nos simulacros e imagens" (p. 197). "Entender uma época é distinto de reagir a ela" (p. 197). O realismo aparece na cultura historiográfica atual como uma espécie de oposição em relação ao chamado (pelos historiadores 'realistas') narrativismo, vinculado ao conceito de pós-modernidade. Na perspectiva "realista", lida-se com um 'dado bruto', sem levar-se em conta que a "realidade humana é feita da dimensão empírica ou determinada e de uma dimensão simbólica, imaginária, que em conjunto constituem o que chamamos de fato ou evento" (p.199). Na luta pela definição do que é a realidade, não só o passado está em jogo, mas o presente. Parafraseando o autor, pode-se perguntar: qual uso social se fará de tais perspectivas?

No debate historiográfico contemporâneo, há um ponto que talvez possa ser denominado inescapável: o problema da verdade, que provoca outras questões,

como, por exemplo, o que deve ser reivindicado como verdade e qual fração do real ela toma ou qual o seu lugar.

O autor, ao ligar os fios da trama, coloca realismo e verdade sobre a mesa. A verdade é negociada, instituída socialmente, mas, como o real, sofre uma caricaturização “considerar que aqueles que defendem a não existência de uma verdade absoluta, defendam o relativismo total da verdade” (p. 203).

Entre os fundamentais pontos tocados pela análise de Durval Muniz é o holismo, outra espécie de equívoco na crítica à pós-modernidade. Reivindicado como perspectiva de crítica, é, ironicamente, um dos pontos que caracteriza esta sociedade. A ressacralização da realidade se contrapõe ao que a modernidade instalou e caracteriza a atual experiência de tempo: a irrefutável separação entre o pensamento científico, o pensamento racional e o pensamento religioso.

No texto, em seus momentos finais, percebe-se a trama mais fechada, quando o autor alerta sobre as abordagens historiográficas que tendem ao esvaziamento da historicidade dos fenômenos. Parece, à primeira vista, mais uma ironia seja propondo uma espécie de encontro “direto” com o real ou propor que existam “formas corretas, sempre as mesmas, de se fazer política e de se realizar a crítica à sociedade” (p. 208). A seguinte reflexão proposta por Durval Muniz é bastante oportuna não só a partir do conjunto de questões abordadas, mas também como proposta de prática historiográfica:

Pensar como historiador, às vezes, é difícil, porque significa termos que admitir que determinadas verdades, determinadas certezas, determinados caminhos que achamos os mais corretos, os mais indiscutíveis podem e serão tragados pelo tempo, se não tivermos a capacidade de ressignificá-los, de atualizá-los, de redefini-los (p. 211).

350

O gosto pelos arquivos. Esta referência feita a Anthony Grafton logo nos primeiros momentos do texto de Maria da Glória de Oliveira pode ser visto como uma súmula do texto intitulado “Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu”. Entendido como o “gesto inaugural” da operação historiográfica, a atividade de reunir, classificar é que valida os vestígios do passado. O trabalho de edição do livro de Frei Vicente do Salvador pelo autor de **Capítulos de História Colonial** é o objeto de estudo da autora, que expõe a cultura histórica de fins do oitocentos e as mudanças pelas quais passava. As cartas de Capistrano aos amigos

A autora propõe o historiador como um tipo de leitor, e lança a seguinte pergunta: “mesmo que alegasse a necessidade de acumulação de documentos, Capistrano já não “escrevia” a nossa história enquanto submetia manuscritos e crônicas à anotação crítica, instituindo-os como fonte histórica?” (p. 218). Esse historiador-leitor, identificado com o *modus operandi* da ciência, esvazia-se como autor, assumindo o lugar de quem registra as palavras dos outros. A escrita capistraneana mostra-se um importante ponto para reflexão desse momento da historiografia, e algumas questões postas pela autora conduzem, de forma elegante, o leitor do historiador-leitor ao conhecimento e reflexão da

cultura histórica em que está inserido Capistrano de Abreu. Entre elas, destacam-se o preparo dos documentos, a certificação de sua autoria, a fidedignidade material, o arquivo e a biblioteca, ou, mais precisamente dizendo: os elementos que evidenciam o contexto de sua produção. Cartas a companheiros da tarefa de editar frei Vicente, além do prefácio à segunda edição da obra são parte do terreno que Maria da Glória Oliveira bem prepara para tratar *daquele momento do arquivo*.

Estudos sobre a escritas da História se encerra com a contribuição de Fernando Nicolazzi sobre Gilberto Freyre. Uma das perguntas mais frequentes sobre a prática historiográfica diz respeito ao seu sujeito, a quem a pratica. Afinal, quem é o historiador, ou, quem é esse que dirige um (seu) olhar ao passado? E o que ele produz? O autor de "Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios", por sua vez, olha com minudência as viagens que formaram a interpretação de Gilberto Freyre sobre o Brasil. Dos espaços pelos quais passou formou-se uma experiência do estranho, ao viajante. África, Europa, Brasil. No artigo é explorado não o estranho e o estrangeiro na viagem-exílio freyreana, mas a "viagem de retorno a si mesmo". Esse exílio faz com que a pátria, para o autor de Casa-grande e senzala, deixe de ter os significado de nação e ganhe o de lugar de origem. O olhar do viajante realiza uma tradução desse estranho, do outro, transformando-o em lugar de abrigo.

O conhecimento, em Freyre, para F. Nicolazzi, é sensorial, se faz através do olhar, evocando o mais primevo sentido da história.

Resta ao leitor conferir a obra, palmear o caminho que cada texto indica, e realizar o seu próprio.